

A saúde brasileira em debate

A quinta edição do Congresso Brasileiro e sexta do Paulista de Política Médica, realizadas no dia 25 de novembro, na sede da Associação Paulista de Medicina, centraram apresentações e debates no sistema de saúde nacional, especialmente o Sistema Único de Saúde, culminando numa real e verdadeira radiografia do setor. Abaixo, em cada foto-legenda, o resumo dos pontos debatidos

Fotos: César Teixeira



SUS – desafios e dificuldades; Santas Casas; Emenda Constitucional 29 - Em seguida à palestra de abertura da última mesa, “Recursos Humanos no SUS”, proferida pelo secretário de Gestão do Trabalho da Educação na Saúde, Francisco Eduardo Campos, o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, pediu ao representante do Ministério da Saúde um relacionamento franco com as entidades médicas. “Esperamos que o Ministério da Saúde não repita erros cometidos no passado, quando tentou substituir médicos por não médicos. Apoiaremos todas as ações do Ministério na confiança de que isso não irá mais ocorrer”, defendeu Amaral. O representante do Ministério, por sua vez, garantiu transparência nas ações envolvendo os médicos. “O Ministério não fará nada à base de ‘canetadas’. Há uma enorme confiança junto à classe médica, construída ao longo de anos de relacionamento”. O superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, José Luiz Spigolon, abordou as principais dificuldades enfrentadas por essas instituições. Segundo ele, o setor acumulou um déficit de R\$ 940 milhões em 2004. Autor do Projeto de Lei Complementar 1/2003, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, o deputado Roberto Gouveia (PT-SP) mostrou-se decepcionado com a atual política econômica do governo. “A constante tentativa de usar os recursos do SUS em outras áreas é uma arbitrariedade que devemos combater. O que o governo faz é colocar quem precisa de um prato de comida contra quem necessita de uma vacina”, desabafou. Segundo Gouveia, as entidades médicas têm um papel decisivo nesta batalha. “Temos que unir todos os setores, lideranças e formadores de opinião para organizar, aos poucos, um sistema unificado de seguridade social no Brasil”.



O papel das entidades médicas nas políticas de saúde – O tema teve como palestrantes os presidentes da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral, e da Associação Paulista de Medicina, Jorge Machado Curi. O presidente da Associação Paulista de Medicina destacou que “as mudanças no setor de saúde têm sido extremamente rápidas e devem ser acompanhadas na mesma proporção com muita agilidade por parte das entidades médicas nacionais”. Já o presidente da Associação Médica Brasileira resumiu que o principal papel das entidades é reunir os médicos e mantê-los unidos. “Temos a obrigação de ouvi-los e representá-los em todos os seus anseios”, destacou Amaral.



Sistema privado de saúde – A mesa teve como palestrantes Gilson Caleman (ANS), Samir Bittar, Marília Barbosa (Unidas) e Thyron Almeida (Unimed). O representante da ANS destacou que até o final do ano cerca de 1.500 planos de saúde terão suas atividades suspensas. Já o representante da Unidas, Marília Barbosa, apresentou um balanço da implantação da CBHPM por parte das Federadas das entidades, enquanto que Thyron Almeida, presidente da Unimed Paulista e representando Celso Barros, confirmou a implantação da CBHPM no intercâmbio do sistema a partir de 1 de dezembro. Samir Bittar, que coordenou a Comissão Nacional para Implantação da CBHPM, criticou a Abramge, sistema representante do setor de medicina de grupo, que se recusou a dialogar com a classe médica.



Ato médico – Edson de Oliveira Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina, foi o palestrante principal da mesa. Em sua apresentação, destacou que as demais profissões ligadas ao setor de saúde têm legislações recentes e regulamentadas, e que isso também é um direito dos médicos. “Com a atual competição profissional pelo mercado, temos o direito de dizer qual é o espaço do médico. O nosso projeto não tira espaço de nenhuma outra profissão, apenas determina e delimita o nosso”, destacou Andrade.



SUS – financiamento e recursos; desafios e perspectivas - Os temas foram tratados pelo secretário executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), José Enio Servilha Duarte, e por Nelson Santos, representando o Ministério da Saúde. Em suas palestras, ambos enfocaram o SUS: enquanto Duarte abordou princípios, criação, utilização, gestão, organização e recursos humanos do sistema, Nelson discutiu o financiamento. Em 2004, o país investiu US\$ 124 per capita/ano, quantia bem menor que o Uruguai, por exemplo, que tem investimentos de US\$ 300 per capita/ano. A previsão é de que se atinja US\$ 140 per capita até o final deste ano. “Estimativas indicam que se a Emenda Constitucional 29 tivesse sido cumprida desde quando foi aprovada, esse índice estaria em torno US\$ 400 per capita/ano”, destacou Santos.



Situação do SUS no município e no Estado de São Paulo – Para falar sobre a situação do SUS no município e também no Estado de São Paulo foram convidados os respectivos secretários de saúde, Maria Cristina Cury e Luiz Barradas. Enquanto que a secretária do município, Maria Cristina, apresentou a forma como vem gerenciando o sistema em São Paulo, o secretário estadual, Luiz Barradas, fez um comparativo do SUS com a saúde suplementar. “O setor suplementar dispõe de R\$ 778 per capita/ano para cuidar de 35 milhões de usuários, enquanto que o SUS conta com pouco mais de R\$ 100 per capita/ano para quase 170 milhões. Apesar da visível falta de recursos, o trabalho realizado pelo sistema tem o reconhecimento da população”, garantiu Barradas, referindo-se a pesquisa realizada junto à população paulista, que apresentou nota 8 pelos serviços oferecidos pelo SUS no Estado.



Projeto de implantação da CBHPM e Sistema Único de Saúde – O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) abordou a Emenda Constitucional 29, que obriga União, Estados e Municípios a investir no SUS. Ele comentou o movimento vitorioso, realizado no dia 23 de novembro, em Brasília, contra a retirada de R\$ 1,2 bilhão do setor. “Estaremos sempre atentos e não aceitaremos manobras políticas que tentem reduzir os recursos do sistema e que afetem diretamente a saúde da população”, completou. Sobre a CBHPM, o deputado confirmou que se encontra em pauta e sem nenhuma objeção para ser votada. “O único que era contrário à CBHPM foi cassado”, disse Guerra, referindo-se a Roberto Jefferson.